

■ INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ TEMÁTICO

Ensino Médio e Educação Profissional: Perspectivas para a Educação

A reforma do ensino médio sancionada pela Lei nº 13.415, após ter sido apresentada como Medida Provisória (MP 746/2016) em setembro de 2016 pelo governo federal, traz indagações acerca do futuro da educação brasileira. O presente dossiê elenca pontos relevantes e esclarecedores acerca deste assunto, que tem sido amplamente discutido e traz relatos, reflexões e experiências que podem apontar para o sucesso na educação a partir deste novo panorama.

Ao observar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, lê-se, em seu artigo 26, que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A LDBEN, no art. 36, expõe que o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos, dispostos por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, de acordo com o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.

Neste sentido, a reforma do ensino médio introduz modificações na composição do sistema atual e intenta ser ferramenta fundamental para o avanço da qualidade do ensino. Ao propor a flexibilização curricular, o novo modelo comporta que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus

estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas e outra flexível. Esta poderá ser estruturada pela escola, a fim de que reflita a realidade dos estudantes à luz das novas e crescentes demandas profissionais do mundo de trabalho, por exemplo. Esse rearranjo estratégico pretende dar bases para que cada estudante siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja por meio do nível superior, ou do ingresso imediato no mundo do trabalho ou, ainda, optar pelas duas possibilidades, respeitando seu tempo e sua vontade.

No Distrito Federal, as experiências exitosas do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e da Educação Integral podem ser referências diante das alterações realizadas pela Lei nº 13.415, uma vez que dos dois casos se pode tirar exemplos de boas práticas pedagógicas. Tem-se, ainda, os exemplos positivos dos Centros de Educação Profissional (CEPs) que demonstram por meio da crescente procura e oferta de vagas a necessidade de uma educação que prepare os egressos para o mundo de trabalho. Para além do Distrito Federal, este dossiê lança olhar sobre práticas educacionais de outros estados com o intuito de fornecer subsídio prático-teórico diante das mudanças da atualidade.

O texto que abre este dossiê é uma entrevista com Wisley João Pereira, Coordenador Geral de Ensino Médio da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – MEC, na qual discorre acerca das perspectivas e inovações para o ensino médio e a educação profissional. Nele, é possível conhecer os últimos lançamentos e perspectivas da proposição

da BNCC e seus possíveis impactos na prática educacional e social: elevação de indicadores, atendimento da demanda do mundo do trabalho, ampliação da oferta da educação profissional e tecnológica.

O primeiro artigo, O ensino médio no Distrito Federal no quinquênio 2012-2016, escrito por Lucilene Dias Cordeiro, postula breve panorama histórico do Ensino Médio no Brasil partindo dos jesuítas até os dias atuais. Trata da reformulação curricular que planeja tornar a escola mais atraente aos jovens. O trabalho traz informações do Censo Escolar do DF nos últimos cinco anos (2012-2016) para mostrar a evolução de alguns indicadores educacionais do Ensino Médio, elencando resultados das taxas de aprovação em todas as Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e das taxas de abandono e reprovação. O artigo é rico em informações estatísticas que são apresentadas por meio de gráficos e tabelas que mostram, por exemplo, a oferta de instituições educacionais com Ensino Médio ou Médio Integrado, a evolução proporcional do número de instituições educacionais com oferta de Ensino Médio ou Médio Integrado segundo CRE, matrícula inicial entre 2012 e 2016 segundo o Censo Escolar DF, o número de matrículas iniciais nas instituições públicas, dentre outros dados. Assim, evidencia-se que as taxas de rendimento comprovaram redução nas taxas de abandono e de reprovação, e aumento nas de aprovação. A importância do conhecimento dos dados é subsídio para um desenvolvimento saudável da Educação. O conhecimento da evolução dos indicadores educacionais

pode ser utilizado como ferramenta para que as mudanças sejam planejadas com embasamento técnico e eficiente.

Em seguida, é apresentada a implantação da política pública de ensino médio integral e profissional no estado de Pernambuco, no artigo Ensino Médio em foco: a Política Pública de Educação Integral e Profissional no estado de Pernambuco. O trabalho é de autoria de Paulo Fernando de Vasconcelos Dutra, atualmente Secretário Executivo de Educação Profissional - Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e Conselheiro Titular do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. O trabalho expõe marcos legais da Educação, apresenta o quantitativo de escolas implantadas, discorre sobre a organização curricular, bem como versa acerca da base filosófica e ações vivenciadas nas escolas de Educação Integral. A Política Pública de Educação Integral propiciou resultados educacionais de destaque em nível nacional. O estado passou da 21ª posição em 2007 para 1ª posição em 2015 na avaliação do SAEB. Neste sentido, é interessante perceber quais vertentes e sugestões são apresentadas com o objetivo de fortalecer e expandir a Política Pública de Educação Integral no Estado para fins de aproveitamento na realidade do Distrito Federal.

No terceiro artigo, Os jovens do ensino médio: a opção profissional pela docência, estudo financiado pelo CNPq/ProC/UnB, os autores Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas, Natália Soares de Albuquerque Almeida e Mariana de Paula Ferreira de Oliveira buscaram a compreensão dos motivos que levam os estudantes do Ensino Médio a optarem pela docência. Partem de uma metodologia de cunho qualitativo aplicada a jovens estudantes de duas escolas de Ensino Médio. Apresentam as visões que se tem acerca da docência nesta modalidade e dados que apontam que existe preferência feminina pela profissão.

No quarto artigo, A Integração Ensino Médio e Educação Profissional: O que muda com a Lei nº 13.415/2017, de Daniel Louzada-Silva, Tânia Alves de Oliveira, Érika Botelho Guimarães, Richard James Lopes de Abreu e Raphael Almeida Sousa, são algumas considerações preliminares sobre a repercussão das alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação introduzidas pela Medida Provisória nº 746/2016 e pela Lei nº

13.415/2017, no que se refere ao processo de Integração Curricular entre Ensino Médio e Educação Profissional. São feitas revisões dos fundamentos teóricos da Integração e, em seguida, são examinadas as eventuais modificações introduzidas pela nova legislação no Ensino Médio em geral, e para a Integração, em particular, tomando como marco inicial a Constituição Federal de 1988.

O quinto artigo, Análise dos modelos de reorganização do tempo-espaço escolar para o Ensino Médio e da Semestralidade no Distrito Federal, de George Amilton Melo Simões, Luciano Dartora e Luís Paulo Aguiar de Deus, retrata uma abordagem reflexiva das mudanças ocorridas no Ensino Médio desde a sua concepção até os dias atuais. O trabalho aponta para a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade para o Ensino Médio, seguida desde 2013 pela SEEDF, que objetiva reduzir as elevadas taxas de evasão e reprovação percebidas nas escolas da rede pública de ensino. Assim, faz referências às experiências no 1Paraná, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, onde percebe-se o favorecimento do ensino, por aumentar o tempo em sala de aula dos estudantes com seus professores, propiciando a avaliação para as aprendizagens.

O primeiro relato de experiência, Fórum de Discussão sobre as propostas de reformulação do Ensino Médio: Percursos, desafios e possibilidades para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, escrito por Hugo Gonçalves do Nascimento e Murilo Malnati Ismael, apresenta como se deram os fóruns regionais de discussão que abordou as propostas de reformulação do Ensino Médio. Os fóruns foram organizados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para tratar das mudanças que a Medida Provisória 746/2016 gerou. A partir de reações da comunidade escolar, a SEEDF se mobilizou para escutar e esclarecer as dúvidas que surgiram preparando nove encontros que alcançaram as CREs e representantes de todas as unidades escolares. O Fórum objetivou ouvir a opinião dos atores envolvidos no novo modelo de Ensino Médio para o Distrito Federal. Para expor o prelúdio dessa ação, o artigo apresenta o que rezam os marcos legais que amparam a mudança, a saber, a LDBEN, a Lei Distrital no 5.499, de 15 de julho de 2015, instituiu o primeiro

Plano Distrital de Educação (PDE), que apresenta 21 metas para a Educação do DF. Os resultados tiveram um saldo positivo e permite que a SEEDF inicie diálogos aprofundados acerca da temática.

O segundo relato, A formação de professores de língua portuguesa e o Exame Nacional do Ensino Médio: uma avaliação formativa possível, de Alessandro Borges Tatagiba, Kelly Cristina de Almeida Moreira e Danielle Mendonça Sousa, reflete sobre os registros de um curso de formação continuada para professores de ensino médio, de anos finais e da educação de jovens e adultos, ministrado na rede pública de ensino do Distrito Federal no ano de 2016. O curso proporcionou momentos de discussão e troca de conhecimentos sobre a aprendizagem da escrita dos estudantes que buscam no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) uma porta de inclusão social, bem como sobre os desafios que a produção escrita apresenta no contexto do ensino médio, levando em consideração o Currículo e as Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Educação do DF (SEEDF). Os resultados das discussões levadas a cabo durante o curso evidenciam que as competências de escrita acadêmica requeridas pelos estudantes do ensino médio pressupõem a mobilização de um rico e variado repertório de conhecimentos com os quais os professores precisam trabalhar. Por conseguinte, no contexto das aprendizagens de sala de aula, o estudo das possibilidades de avaliação formativa pode enriquecer as discussões e debates em cursos de formação continuada de professores.

O terceiro relato, sob o título Utilização de metodologias ativas em um curso técnico em enfermagem: relato e desafios, escrito por Jozinélcio Severino Teixeira, Daniela Filgueira Costa e Jacqueline Barbosa Costa, considera o currículo escolar construído democraticamente de acordo com as necessidades e realidades próprias da comunidade na qual se está inserido. O trabalho parte do questionamento sobre o perfil do profissional de saúde em Enfermagem considerando não apenas o conhecimento técnico da profissão, mas a exigência de uma formação que valoriza a postura ética e reflexiva do discente diante da adaptação e atuação em diferentes situações e adversidades da vida laboral. Faz breve histórico do Centro de Educação Profissional - Escola

Técnica de Saúde de Planaltina (CEP-ETSP) e da elaboração do novo currículo para o Curso Técnico em Enfermagem. Ainda, versa sobre a implementação do curso no Programa Mulheres Mil a fim de demonstrar qual é o recorte bem peculiar a partir dessa nova postura na reformulação do currículo. Para tanto, o trabalho apresenta como foram ambientadas as Metodologias Ativas e Aprendizagem Baseada em Problemas (AABP) neste contexto de tomadas de ações.

Finalizando o dossiê, Fernanda Marsaro Santos e Antonio Filho Bianco apresentam uma resenha do livro Diálogos com quem faz: Tendências da Educação Profissional em países participantes da WorldSkills 2015, obra de Candido

Alberto Gomes. A WorldSkills é uma competição de profissões técnicas que reúne representantes de mais de 63 países das Américas, Europa, Ásia, África e Pacífico Sul. No ano de 2015, na cidade de São Paulo aconteceu em quatro dias de provas quando os competidores simularam desafios das profissões que deveriam ser cumpridos dentro de padrões internacionais de qualidade. Os competidores deveriam demonstrar habilidades técnicas individuais e coletivas para executar tarefas específicas de cada uma das ocupações profissionais. A resenha ressalta apontamentos da obra no que se refere ao processo de tomada de decisão frente às políticas públicas de Educação Profissional

dos mais variados países participantes do evento. Elenca metodologia utilizada na realização de entrevistas com 29 delegados presentes na competição e apresenta questões relacionadas à governança, atratividade da Educação Profissional, orientação vocacional e profissional, competições profissionais, currículos e metodologias, aprendizagem nas empresas, professores, avaliação dos sistemas e as janelas de oportunidades.

Pelo presente exposto, este dossiê se torna ao mesmo tempo relevante e atrativo. Convida-se os leitores a se debruçarem nas leituras que se seguem. Certamente, serão de grande valia para as ações futuras que produzirão profundas mudanças na sociedade. ■

Fernanda Marsaro dos Santos

Coordenadora da Coordenação de Políticas Educacionais para Juventude e Adultos/SUBEB/SEEDF

Daniel Damasceno Crepaldi

Subsecretário da Subsecretaria de Educação Básica/SEEDF